

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

LUISA KIMIE TAGUSAGAWA

RAIANE CARDOSO

PROJETO DOM HELDER CAMARA
A EXPERIÊNCIA DO SERTÃO DO INHAMUNS/CRATEÚS

Relatório apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas como parte integrante do Projeto Conexão Local Interuniversitário (CLIU), 2013.

Supervisoras: Juliana Mara Winther e Maria Cecília Gomes Pereira.

Projeto: Conexão Local Interuniversitária

SÃO PAULO - SP

2013

Sumário

1 INTRODUÇÃO

Este relatório é parte integrante da pesquisa sobre o Projeto Dom Helder Camara (PDHC), realizada por alunas de graduação, com supervisão de alunas de pós-graduação, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo e da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, no âmbito do Projeto Conexão Local Interuniversitário.

Para realização da pesquisa houve uma fase preparatória, a imersão em campo e a elaboração do presente relatório. A visita de campo ocorreu do dia 1º ao dia 20 de julho de 2013 e foi orientada por um cronograma de atividades articulado entre atores do projeto pesquisado e pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getulio Vargas.

Foram realizadas entrevistas com agricultores e agricultoras familiares de diferentes comunidades; organizações civis; entidades parceiras do projeto; com a supervisora local do projeto no Território Inhamuns/Crateús; com o Secretário de Agricultura do município de Nova Russas; com representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tamboril; com o secretário adjunto da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará; e com o diretor geral do PDHC.

O método utilizado foi o de entrevistas não estruturadas, embasadas no conceito do pesquisador conversador (SPINK, 2008) que contribui para uma visão ampliada do que significa o campo da pesquisa, compreendendo os fatos em uma perspectiva mais próxima e cotidiana. Esse relatório tem como objetivo descrever o PDHC a partir da experiência no campo e permitir que o leitor entre em contato com o que foi observado e a prática dessa política pública.

O PDHC é um projeto do Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA) que, dentro da perspectiva de convivência com o semiárido, visa reduzir a pobreza rural através do desenvolvimento humano sustentável (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010). O projeto atua em seis estados do semiárido nordestino nos quais há uma delimitação de oito territórios.

No estado do Ceará, o projeto está em dois territórios, o Sertão Central (território não visitado) e o Sertão do Inhamuns/Crateús, onde ocorreu a pesquisa de campo. Nesse território, o PDHC atende 34 comunidades em seis municípios, público que totaliza 1680 famílias. Foram visitadas as comunidades de Irapuá e Bálamos no município de Nova Russas; Barriguda e Torres em Tamboril; Olho d'água dos Canutos e Tourão em Monsenhor Tabosa; e a Escola Família Agrícola Dom Fragoso e a comunidade de Santa Luzia no município de Independência. Também foi visitada a cidade de Crateús, onde está localizada a supervisão local do PDHC, no entanto nela não há nenhuma comunidade rural atendida pelo projeto.

A principal ação do PDHC é a assessoria técnica permanente prestada por parceiras de execução direta, que têm equipes formadas principalmente por técnicos agrícolas e por, no mínimo, um

profissional de nível superior. Os técnicos orientam, à luz da agroecologia, os agricultores sobre questões como o manejo adequado dos recursos naturais e desenvolvimento de tecnologias ambientais. Os trabalhos desenvolvidos conjugam os saberes técnicos e saberes dos agricultores.

O PDHC, através da assessoria técnica, contribui para implantação e manutenção da educação contextualizada, que insere na educação formal elementos do contexto local aproximando a escola da realidade que o aluno vive. O papel dos técnicos é acompanhar e orientar os professores para realizarem atividades que promovam essa aproximação, como a criação de uma horta pelos próprios alunos, por exemplo. Esse trabalho é realizado com as prefeituras nas redes de ensino fundamental dos municípios Tamboril e Nova Russas.

Outra ação do projeto é a articulação com outras políticas públicas. Considerando que o foco da pesquisa é a implementação do PDHC no território e que a equipe de pesquisa teve maior contato com a assessoria técnica, essa ação não será priorizada nesse relatório. Contudo, a equipe de pesquisa pode observar que por meio das parceiras de assessoria técnica, que disponibilizam informações sobre essas políticas e auxiliam as famílias interessadas no cadastro e demais formas de acesso. Por exemplo, na comunidade do Irapuá, alguns agricultores vendem o seu excedente de produção para o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, o que foi viabilizado pela assessoria técnica que fez o cadastro dos interessados e auxiliou para que os demais requisitos de ordem burocrática do programa fossem atendidos. Dessa forma, os técnicos assessoraram as agricultoras e agricultores nas áreas produtivas, burocrática e de comercialização, potencializando a geração de renda das famílias.

Esse relatório foi organizado em oito seções, além dessa introdução. A seção 2 apresenta o contexto no qual o PDHC se desenvolve, a seção 3 o histórico de financiamento do projeto e a seção 4 como o projeto é gerenciado. Já a seção 5 contém a implementação do PDHC no território visitado a partir dos relatos em campo. A seção 6 apresenta as atividades desenvolvidas pelas parceiras junto às famílias trazendo novos elementos de como se dá a atuação do projeto. A seção 7 é sobre a parceria entre o PDHC e a Escola Família Agrícola Dom Frágoso. A seção 8 apresenta a articulação do projeto com demais políticas públicas e atores. Por fim, a seção 9 mostra os desafios de implementação a partir da visão dos atores envolvidos no projeto e as perspectivas para o PDHC.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Dois elementos são fundamentais para a compreensão do PDHC no território, as características ambientais e as características sociais. O semiárido nordestino tem um clima caracterizado por uma má distribuição das chuvas (ASA, 2013), possui um índice pluviométrico de 200 milímetros a 800 milímetros anuais e, além disso, possui uma alta taxa de evapotranspiração, características que

aliadas resultam no fenômeno das secas que ocorrem periodicamente. Num comparativo, na região sul do país a pluviosidade anual se encontra numa média de 1.250 e 2.000mm (NERY, 2005).

O déficit hídrico é uma realidade, por isso se faz necessário lidar com a questão do armazenamento e aproveitamento da água por meio de tecnologias de convivência com o semiárido. Essas tecnologias, como as cisternas de placa e outras técnicas de economia de água, possibilitam que as famílias se preparem para a chegada das chuvas e armazenem água para consumo e para produção.

Ao longo da visita foi ressaltado por agricultores, agricultoras, técnicos e gestores que uma seca entre o final de 2011 e 2013 vem se estendendo, o que compromete a produção da agricultura familiar. A equipe de pesquisa pode observar plantações secas, o que representa perda de investimentos e trabalho das famílias.

Em relação às características sociais do território, as comunidades eclesiais de base (CEBs) apareceram como fortes mobilizadoras dos movimentos sociais e organizações, como associações e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A partir das falas das comunidades visitadas, por meio da presença das CEBs foi possível perceber que a Igreja Católica teve papel estruturante no processo de conquista de direitos.

Manifestação dessa importância é a escolha do nome do projeto. Dom Hélder Câmara foi arcebispo e líder da Igreja Católica, que buscou o desenvolvimento humano e social no combate à pobreza através das lutas contra as repressões dos grandes proprietários de terras na ditadura militar. Na região visitada, o grande símbolo desse histórico foi Dom Antônio Batista Fragoso, primeiro bispo da cidade de Crateús e grande articulador para a organização das CEBs e sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Sertão dos Inhamuns.

O atual diretor do projeto destacou que o histórico de lutas no Nordeste por políticas públicas que, de fato, respondessem às necessidades da população é antigo. Um exemplo de mobilização dado por ele foi a ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste em 1993 por trabalhadores em defesa de direitos e reivindicações, considerando o período de seca à época. Tendo em vista esse contexto, o PDHC teve início na década de 1990 por mobilizações de setores governamentais, da Igreja Católica e dos movimentos sociais, a exemplo dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

3 FINANCIAMENTO

Em 2000, foi realizado um acordo de empréstimo entre o governo federal brasileiro, via Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) para o financiamento do PDHC. O acordo tinha previsão de término em junho de 2007, mas foi renovado por duas vezes, sendo finalizado em dezembro de

2010. Segundo dados de seu relatório de avaliação de 2010, o FIDA emprestou US\$ 25 milhões, a participação do governo brasileiro foi de US\$ 25,5 milhões e, com a inclusão da contrapartida dos beneficiários, o orçamento total do projeto chegou a mais de US\$ 53 milhões.

Ao longo da execução do PDHC, os gestores do projeto conseguiram captar outros recursos, quais sejam: US\$1.78 milhões da Fundação Syngenta com o Projeto ELO, que tinha foco no Desenvolvimento Sustentável, e US\$6.2 milhões do Global Environment Facility (GEF) que trabalhou com questões relacionadas aos aspectos ambientais da agricultura familiar. Além disso, o projeto estabeleceu uma parceria com a Petrobrás para implementar as atividades do seu programa de responsabilidade social por um volume de R\$5.467 milhões (FIDA, 2010).

Segundo a supervisora local do território e o diretor geral do PDHC, com o fim do financiamento em dezembro de 2010 e consequente fim de recursos para projetos produtivos, o governo brasileiro manteve parcela dos recursos que foram destinados, principalmente, às assessorias técnicas. Portanto, nos últimos anos, o PDHC contou com poucas fontes de recursos, que são o GEF (até 2012) e o MDA.

A supervisora local e o diretor geral do PDHC também informaram que atualmente um novo acordo de empréstimo com o FIDA está nos últimos trâmites do governo federal para ser aprovado e a previsão é a de que ele passe a atuar em janeiro de 2014.

4 GESTÃO

A gestão operacional do PDHC se dá pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), pelas Unidades Locais de Supervisão (ULS) e pelas Parceiras de Execução Direta (PEDs).

A UGP, localizada em Recife-PE, é responsável pela administração, planejamento, monitoramento e avaliação do projeto (FIDA, 2010). Nessa unidade são centralizadas as informações dos processos de renovação de contratos entre o PDHC e seus parceiros, e as prestações de contas dos territórios.

As ULS são instaladas em cada um dos territórios de atuação do projeto. No Sertão do Inhamuns/Crateús, a equipe de pesquisa visitou a sede da ULS, localizada no município de Crateús. Seguindo a lógica das prestações de contas e renovações de contratos, é a unidade que verifica o bom andamento do projeto localmente.

As PEDs são as entidades que executam o PDHC no campo junto às comunidades, tendo contato direto com os agricultores e agricultoras. Hoje no território, atuam as parceiras: Escola Família Agrícola Dom Fragoso, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Associação dos Produtores Rurais na Agricultura Rural de Irapuá (APAFI) e as parceiras de assistência técnica permanente (ATP), quais sejam, Cáritas Diocesana de Crateús,

Instituto para o Desenvolvimento da Economia Familiar (IDEF), Inhamuns Assessoria (IAS) e CACTUS¹.

A gestão institucional é realizada por duas instâncias. A primeira é o Comitê Gestor, composto pelo MDA (SDT), diretor do PDHC e os parceiros: Banco do Nordeste do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A segunda são os Comitês Territoriais, presentes em cada território de atuação do PDHC, integrados por famílias beneficiárias, o supervisor local do PDHC dos respectivos territórios, e os parceiros: entidades de execução local, governos estaduais e municipais, igreja, sindicato e o INCRA. Os comitês têm um papel de ordem estratégica, dando diretrizes e orientações para a execução do projeto, além de serem instâncias de validação e deliberação. O comitê territorial destaca-se por ser um espaço de participação que as famílias podem apresentar suas demandas diretamente aos gestores do PDHC e ao poder executivo local.

5 IMPLEMENTAÇÃO NO TERRITÓRIO DO INHAMUNS/CRATEÚS

Nessa seção será exposto como o PDHC chegou aos municípios, comunidades e famílias do território, a escolha e o trabalho das parceiras de execução direta, além da dinâmica de acesso aos recursos pelas famílias e formas de controle da assessoria técnica permanente.

5.1 A chegada do Projeto Dom Helder Camara ao território.

No território visitado, segundo a supervisora local, o MDA selecionou os municípios onde se concentra a pobreza para atuação do PDHC. Para tanto, o ministério analisou o índice de Desenvolvimento Humano, o índice de Gini e o índice de pobreza rural. Também foi considerado se nesses municípios já existiam ações de assessoria técnica, como a da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

Após a seleção dos municípios em 2006, a ULS se reuniu com representantes locais dos municípios, prefeitura e sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, para a definição das comunidades em que o PDHC atuaria. O sindicato, por ter maior proximidade e conhecimento sobre as comunidades rurais, desempenhou um papel central nas indicações das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas ou de reforma agrária estadual. Outro fator que se destacou nessa escolha, não como requisito, mas como um diferencial, foi o histórico de organização das comunidades, o que foi evidenciado na visita de campo, pois as comunidades, em sua maioria, já possuíam uma associação de moradores.

Nas comunidades visitadas ao longo da experiência o primeiro contato das famílias com o PDHC geralmente se deu por meio de apresentações sobre o projeto feitas pelos sindicatos, conforme relato da supervisora local. Na comunidade do Tourão, em uma visita domiciliar realizada pela equipe de pesquisa, um agricultor contou que depois da apresentação do sindicato, ocorreram

1 Entidade que não foi visitada em campo pela equipe de pesquisa.

encontros em que estavam presentes a comunidade e a supervisora local do projeto, para apresentação sobre o que é o PDHC, os limites de sua atuação e esclarecimento sobre o papel de cada ator (família beneficiária, ULS e técnicos) dentro da experiência.

Já na comunidade de Bálsamos no município de Nova Russas, onde o projeto só chegou no ano de 2012, esse processo foi um pouco diferente. Em uma roda de conversa na associação da comunidade, um agricultor mais idoso, relatou que ele conheceu o PHDC pelo relato de um amigo residente da comunidade do Irapuá, onde o PDHC já atuava desde 2006. Ele foi à procura do sindicato para buscar mais informações e foi até ao escritório da ULS, demonstrando seu interesse para a supervisão local do projeto. Coincidentemente à época, o assentamento estadual de Santana no município de Nova Russas deixou de participar do projeto por questões internas, o que deu abertura para outra comunidade participar. Em seguida, a supervisora local promoveu a apresentação do PDHC para toda comunidade de Bálsamos e perguntou se as famílias realmente queriam o projeto, obtendo uma resposta positiva.

5.2 A escolha e trabalho das assessorias técnicas.

Na comunidade do Irapuá em Nova Russas, em roda de conversa, os agricultores presentes relataram que a supervisão local do projeto demonstrou preocupação em conhecer as entidades que já atuavam no território com assessoria técnica, ouvindo a comunidade sobre qual ela conhecia e sua preferência. Dessa forma, o processo não se tornou impositivo e a comunidade se sentiu ativa no processo de seleção da entidade, relatando que escolheram a PED de ATP que atua no local. Segundo a supervisora local, nas comunidades que não apresentaram preferências, o projeto indicou uma entidade. Após o processo de esclarecimentos e adesão das comunidades ao projeto, as PEDs de ATP passaram a ter maior contato com as famílias dando início ao projeto.

O primeiro passo das PEDs de ATP dentro das comunidades foi o cadastramento das famílias, no qual podiam se inscrever todas as que estavam interessadas em participar do projeto. Em seguida, segundo relato das famílias na comunidade do Irapuá, a Cáritas, parceira que assessora a comunidade, promoveu um encontro, no qual foram mapeadas as demandas da comunidade e as atividades que ela já desenvolvia. Assim, a Cáritas formou grupos produtivos, a partir de habilidades, afinidade e potencialidades já existentes no local. Os grupos variam de comunidade para comunidade, já que refletem as preferências apresentadas por cada uma delas, indo do artesanato à produção de doces, avicultura, apicultura e ovinocaprinocultura.

A equipe de pesquisa observou que essa construção coletiva entre PED de ATP e comunidade, torna o desenvolvimento das atividades muito específica e compatível com as características observadas em cada local. Por exemplo, a comunidade indígena do Tourão, optou por formar um grupo dentro da comunidade com várias famílias para desenvolver uma horta comunitária. Já na comunidade tradicional do Irapuá, houve preferência por trabalhar individualmente, assim cada

família tem uma horta em casa. Essa observação da equipe de pesquisa também foi explicitada na fala de um agricultor em roda de conversa no Irapuá, quando ele falou que o diferencial do PDHC é que ele não chega pronto na comunidade, mas é construído em conjunto.

A partir do momento em que as famílias escolheram as suas atividades, foram realizadas cursos de qualificação e intercâmbios para outros territórios, onde as atividades de interesse já aconteciam por meio do PDHC. Por exemplo, em uma visita domiciliar no Irapuá, uma senhora contou que viajou para a Paraíba durante dois dias como representante do grupo de avicultura a fim de conhecer como a atividade era desenvolvida lá. Assim, representantes dos grupos puderam entrar em contato com pessoas que já tinham experiência com as atividades e com o projeto. Em Irapuá e Torres, os intercambistas relataram para a equipe de pesquisa, que era visível a melhoria da qualidade de vida de quem já desenvolvia atividade com o PDHC, o que motivou as famílias a aderirem ao projeto.

Os cursos de qualificação, em geral, eram realizados pelas PEDs de ATP, contudo eles também podem ser apenas intermediados pela parceira. Um técnico da Cáritas contou que quando a entidade não tem o conhecimento sobre uma atividade que a comunidade demonstra interesse em desenvolver, eles promovem parcerias que viabilizam o curso para as famílias interessadas na atividade. Por exemplo, o grupo de artesanato do Irapuá recebeu curso de crochê pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que estabeleceu parceria com a Cáritas.

A equipe de pesquisa observou que os cursos também ocorrem pela troca de saberes entre as comunidades. Em visita à comunidade de Torres, o técnico da Cáritas, que acompanhava a visita, aproveitou que a comunidade estava reunida para dar informações sobre um curso que seria feito por um grupo de artesãos de outra comunidade para os interessados em Torres. Isso demonstra que as famílias não só aprendem, mas compartilham do saber que detém.

A equipe de pesquisa também percebeu que o acompanhamento constante das assessorias promoveu uma aproximação muito grande entre os técnicos e as famílias. Por exemplo, os técnicos que a equipe de pesquisa conheceu, comumente dormem nas casas das famílias que acompanham quando a distância entre a comunidade e cidade é grande. Outro exemplo que mostra que a relação entre técnicos e famílias vai além da assessoria técnica, é o envolvimento do técnico da Cáritas que acompanha a comunidade de Barriguda no reconhecimento da comunidade como quilombola. Em roda de conversa, as famílias da comunidade contaram que o técnico promoveu o resgate histórico-cultural da comunidade e articulou junto ao INCRA para que a comunidade fosse reconhecida como quilombola.

5.3 Acesso aos recursos e controle.

Na sede da associação dos moradores do Irapuá, a equipe de pesquisa observou que ficava exposto o Plano Operativo Anual (POA), que é o instrumento de planejamento, no qual as famílias apresentam suas demandas e elencam os projetos e ações necessárias para atendê-las. A construção

do plano mostra que as famílias participaram ativamente no planejamento das ações e na construção de projetos para serem desenvolvidos na comunidade. Segundo a supervisora local do projeto, esse plano era construído, discutido e deliberado anualmente em três instâncias: na própria comunidade que o elaborou, no comitê territorial e depois submetido ao comitê gestor.

Faz parte do trabalho das PEDs de ATP auxiliar na elaboração do POA, que é necessário para receber recursos, por meio dos Fundos de Investimento Social e Produtivo (FISP). Os FISPs, fundos de investimento não reembolsáveis administrados pelo projeto, se subdividem em três eixos: (a) o FISP Produtivo, que tem foco na produção da agricultura familiar, sendo usado, por exemplo, em ampliações de hortas ou implantações de sistemas de irrigação; (b) o FISP Social, que foi largamente utilizado para financiar construções de cisternas em diversas comunidades e; (c) FISP Mulher, que, a partir do recorte de gênero, incentiva a participação feminina nas atividades geradoras de renda da família.

Na comunidade de Bálsamos, onde o PDHC começou a atuar após a redução de recursos em 2010, as famílias não tiveram acesso ao FISP, mas mantiveram o planejamento por meio do plano. A equipe observou que as atividades desenvolvidas pelas PEDs e famílias na comunidade não demandavam muitos recursos e elas contavam mais com a orientação técnica para as atividades que a comunidade já desenvolvia com recursos próprios.

Segundo a supervisora local, as famílias podiam acessar cada tipo de FISP só uma vez, sendo que os valores referentes a cada fundo correspondem a: FISP Produtivo - R\$1050,00; FISP Social - R\$450,00; e FISP Mulher - R\$1050,00, por família². Como os recursos dependiam da elaboração e aprovação coletiva dos projetos descritos no POA das comunidades, os investimentos tendiam a beneficiar o coletivo (um grupo específico ou mais de uma família).

O recurso do FISP é repassado para a conta bancária aberta com o CNPJ das associações locais, que já preexistiam ao PDHC e, nas comunidades que não tinham associação, elas foram criadas com esse fim. Dessa forma, o projeto incentivou e fortaleceu a organização local. Além disso, o FISP Social foi utilizado para a construção da sede da associação conforme relato na comunidade do Tourão.

Em visita domiciliar na comunidade do Tourão, o presidente da associação local contou que os recursos foram direcionados para o fim proposto pela comunidade e entidade, assim não eram destinados diretamente às famílias e houve controle coletivo e organizado do que foi repassado. A associação a partir do gerenciamento da conta bancária promoveu a prestação de contas para o projeto. Esse relato foi reiterado em outras comunidades e a equipe de pesquisa não detectou situações distintas, nas quais o desenho do projeto não corresponde a sua execução.

2 Valores atualizados para o ano de 2013.

Em posse do recurso e do plano operativo, as famílias iniciam os trabalhos sob a orientação e acompanhamento permanente dos técnicos da PED responsável pela comunidade, que cumprem carga horária de 172 horas mensais, visitando cada família e sua atividade produtiva ou construção dependendo da fonte de recurso e investimento.

Ao longo da pesquisa de campo, a equipe observou que os técnicos das parceiras sempre carregavam fichas que tinham de preencher com o que foi realizado na visita e pedir aos agricultores, agricultoras ou outros envolvidos que a assinassem para atestar que o serviço foi prestado. Essa ficha assinada é enviada à ULS como comprovação da execução dos trabalhos e horas, conforme mostrado pela supervisora local. Após esses períodos em campo há sempre um período de trabalho de escritório, no qual os técnicos alimentam um sistema online sistematizando as informações. Por meio desse sistema, os gestores do projeto acompanham o andamento das ações, assim como a SDT/MDA.

O controle social se institucionalizou pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE), que é uma entidade sindical que representa os agricultores e agricultoras do estado. Hoje no território, a FETRAECE conta com uma equipe composta por dois coordenadores e onze mobilizadores sociais que atuam nas 34 comunidades beneficiadas do Inhamuns/Crateús.

O mobilizador é um agricultor familiar indicado pelas próprias comunidades que recebe um curso de qualificação para mobilizar a comunidade quando necessário, acompanhar as ações do POA, observando prazos e entregas, e enviar periodicamente a ULS relatórios com base no desenvolvimento das atividades e atuação das parceiras que prestam a assistência técnica permanente (ATP). Apenas com a entrega desse relatório que o projeto faz a liberação dos recursos do FISP para as famílias nas comunidades. Para ser um mobilizador, é necessário morar no território, ter conhecimento sobre o semiárido e não ter vínculo empregatício com instituições governamentais.

O PDHC estabelece um contrato anual com a FETRAECE para custeio de deslocamento, alimentação e hospedagem dos mobilizadores para as atividades nas comunidades, cursos, reuniões de acompanhamento com a equipe de mobilização e apoio em feiras da agricultura familiar. Dessa forma, não há um vínculo empregatício do PDHC com os mobilizadores, apenas o que eles denominam como “ajuda de custo”, a principal fonte de sustento deles é a agricultura familiar.

6 AÇÕES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE NAS COMUNIDADES

Nessa seção serão apresentadas as atividades desenvolvidas nas comunidades pelas parceiras de ATP, trazendo relatos e elementos que complementam a atuação do PDHC no território visitado.

6.1 Unidade Demonstrativa

As unidades demonstrativas são experiências piloto de unidades produtivas que podem ser replicadas. Em visita a comunidade do Tourão, foi observada uma unidade demonstrativa de horta. Um terreno comum foi utilizado para que comunidade em conjunto com a assessoria técnica do PDHC construísse essa unidade. Os agricultores e técnicos que acompanhavam a visita contaram que esse espaço foi importante para desenvolver a participação coletiva, a troca de saberes entre os agricultores e técnicos e para testar a experiência.

Na horta, eram plantadas diversas culturas, como cebolinha, açafrão, mandioca, cenoura e beterraba, que ficavam sobre os cuidados de grupos formados na comunidade e acompanhados pela assessoria. O que era produzido pela horta era de consumo comum, as famílias tinham acesso livre e pegavam conforme sua necessidade de consumo. Isso demonstrou que a unidade tinha uma função mais pedagógica do que de geração de renda. Segundo os agricultores a horta do Tourão não tem produzido muito nos últimos anos por causa da seca e porque muitas famílias passaram a reproduzir a experiência em seus quintais, tendo a horta comunitária cumprido a sua função.

6.2 Quintal Produtivo

O quintal produtivo é uma atividade de plantio de hortaliças e frutos para alimentação e comercialização comum a todas as comunidades visitadas. Os agricultores contam que com a assessoria técnica eles desenvolveram técnicas de irrigação que diminuem o consumo de água, outras para captura de pragas, biofertilizantes para o solo e repelentes naturais, tornando o quintal mais produtivo. Além disso, essa atividade passou a ser priorizada para a alimentação da família e, em segundo plano, o excedente é comercializado.

Foi possível ver a assistência técnica permanente na prática. Por exemplo, em uma visita a um quintal produtivo no Irapuá, um agricultor comentou com o técnico que gostaria de reutilizar a água usada na casa para regar o seu quintal e os dois começaram a conversar como deveria ser feita a intervenção.

6.3 Avicultura

A avicultura consiste na criação de aves, como frango e pato, para a produção de ovos e de carne. Essa atividade também é recorrente nas comunidades visitadas, sendo a criação de galinhas caipiras a mais comum.

Na comunidade do Irapuá, a equipe de pesquisa entrevistou um grupo de avicultura. Durante a conversa, algumas mulheres participantes do grupo contaram que já criavam galinhas em período anterior ao projeto. Com a chegada do PDHC na comunidade em 2006, elas formaram o grupo e mudaram a forma de criação com a orientação da assessoria técnica. As mulheres do grupo acessaram ao FISP mulher e construíram aviário, que são as estruturas físicas onde ficam as galinhas. Assim a criação de galinhas deixou de ser extensiva para semi extensiva, facilitando o controle das aves.

Com a construção do aviário, sob a orientação da assessoria técnica, essas mulheres passaram a ter uma série de cuidados como a limpeza do aviário, quantidade de alimento para as galinhas, proteções contra predadores e vacinação das aves.

O grupo ressaltou que elas também passaram a fazer o controle do número de aves e número de ovos produzidos e isso foi importante para observarem o aumento da produção após a adoção desses cuidados. Quando o grupo passou a mensurar a produção, a atividade ganhou credibilidade e mais mulheres da comunidade quiseram participar do grupo de avicultura.

6.4 Ovinocaprinocultura

A ovinocaprinocultura é a atividade de criação de ovinos e caprinos tanto para a produção de leite quanto de carne. Em entrevista com os técnicos do IDEF, eles explicaram que as ovelhas (ovinos) e as cabras/bodes (caprinos) são animais de pequeno porte que consomem uma quantidade de água e alimento proporcionalmente menor quando comparados ao gado, assim eles priorizam a sua criação.

O diretor do PDHC contou em entrevista que a difusão dessa atividade foi um desafio, pois as famílias não eram acostumadas com o consumo da carne e leite provenientes de ovinos e caprinos. Além da atividade ser associada com a pobreza e miséria, já que os bovinos estavam no imaginário das famílias como sinal de prosperidade.

Na comunidade do Tourão, essa atividade é destaque por ser largamente executada e porque há uma unidade de beneficiamento de laticínios que produz doces de leite, iogurtes e queijos a partir, principalmente, do leite de cabra. Em visita domiciliar a um criador da comunidade, ele conta que produz o leite de cabra para consumo da família e o excedente é vendido para a unidade de beneficiamento. A Unidade de Beneficiamento de Produtos da Agricultura Familiar foi construída através de recursos do PDHC e é administrada por um grupo mulheres da comunidade, que são responsáveis pela manutenção, produção e vendas. Em visita a unidade, as mulheres relataram que têm o apoio da assessoria técnica para comercialização dos produtos, que acontece principalmente em feiras e, que o grande desafio é a aceitação do consumo do leite dos caprinos para ampliação do número de compradores.

6.5 Apicultura

A apicultura é a atividade de criação de abelhas que pode ser fonte de renda a partir da exploração do mel e própolis além de outros subprodutos.

No território, a equipe de pesquisa conversou com o grupo de apicultura da comunidade do Irapuá. O ex-presidente da associação local e participante do grupo foi o precursor da atividade na comunidade e contou como a atividade se desenvolvia antes do PDHC. Em 2004, o agricultor fez um curso, via Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, para desenvolver a apicultura. Porém, não conseguiu desenvolvê-la à época, já que precisaria investir um alto recurso

em equipamentos e não tinha assistência técnica para acompanhar o trabalho. Em 2005, ele e outro agricultor da comunidade fizeram outro curso e deram início à criação de abelhas na comunidade. Eles relatam que tinham dificuldades de obter lucro com a produção e que a atividade era muito criticada pela comunidade, pois era vista como improdutiva e não lucrativa.

No ano seguinte, o PDHC chega à comunidade do Irapuá e se forma o grupo de apicultura, inicialmente composto por 10 famílias. Aconteceram cursos de qualificação e o acompanhamento do técnicos da Cáritas, que facilitou o desenvolvimento da atividade. Com recurso do Fisp produtivo, foi feito o projeto para a compra de equipamentos necessários ao exercício da atividade e a construção da casa do mel, onde os criadores preparam o mel para a venda.

Segundo os produtores, a atividade trouxe consciência ecológica para a comunidade, já que não se pode desmatar para que as abelhas tenham matéria prima para produzirem o mel. Eles também ressaltam que a apicultura é altamente lucrativa e complementar, considerando que o produtor dedica pouco tempo na atividade em comparação ao tempo dedicado à agricultura. Foi pontuado por um técnico que acompanhava a conversa com o grupo, que a apicultura é ideal para o clima semiárido, pois, mesmo quando há um inverno irregular e não há produção significativa na agricultura, é possível produzir mel.

6.7 Algodão Agroecológico

O algodão agroecológico é aquele produzido utilizando técnicas de preservação e adubação do solo, rotação de culturas e manejo ecológico de pragas. No Irapuá, a equipe de pesquisa conversou com o grupo que produz o algodão agroecológico e eles contaram um pouco da história dessa atividade.

O algodão era conhecido como o ouro branco do sertão, a atividade era altamente explorada e a prática comum era o desmatamento, queimada, de tratores que compactam o solo e, quando necessário, agrotóxicos. Com o uso inadequado do solo, a atividade foi entrando em decadência e, além disso, uma praga chamada bicudo destruiu plantações, dando fim a atividade na comunidade.

Em 2008, uma PED do PDHC, o ESPLAR³, propôs a volta do cultivo do algodão sob o formato agroecológico e, então, é formado o grupo com 31 famílias participantes da comunidade. Um agricultor presente na conversa ressaltou que há regras para participar do grupo, como a proibição de desmatar, provocar queimadas e usar agrotóxicos, e a obrigação de recuperar áreas degradadas. Com essas regras, apenas 25 famílias permaneceram na atividade.

3 O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974, com sede em Fortaleza (CE). Atua diretamente em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, a serviço da agricultura familiar. Disponível em: < <http://www.esplar.org.br/>> Acesso em: 8 jul. 2013. Em campo a equipe de pesquisa não teve contato com essa parceira, mas identificou que ela não está envolvida com comunidades no território, mas com projetos específicos, como o algodão agroecológico.

Para comercializarem o algodão como agroecológico, é necessária a certificação de produto agroecológico. Os produtores contrataram uma empresa suíça para realizar a certificação, porém não obtiveram sucesso. Então, criaram um Sistema de Controle Interno (SCI), no qual os próprios agricultores fazem avaliações de forma cruzada.

Os agricultores do grupo do Irapuá contaram que essa atividade também acontece em outras comunidades do território do Inhamuns/Crateús e que eles se articulam para conseguir a certificação. Para tanto, os produtores no território criaram a Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/Crateús-CE que é um organismo participativo de certificação, que se reúne por meio do Grupo de Gestão Territorial Inhamuns/Crateús (GGT).

A equipe de pesquisa teve a oportunidade de acompanhar um encontro do GGT, no qual dois representantes de cada grupo de cada comunidade se reúnem e dão diretrizes para o processo de certificação do algodão.

6.8 Projeto Suporte Forrageiro

O Suporte Forrageiro é um projeto financiado pela Petrobrás e executado pelo IDEF no intuito de armazenar alimentação para os animais como precaução para o período de seca. A equipe de pesquisa conheceu o escritório do IDEF no município de Monsenhor Tabosa, onde foi feita uma apresentação pela equipe de técnicos sobre o Projeto Suporte Forrageiro.

O IDEF, motivado pela supervisão local do PDHC, elaborou o projeto “Projeto de Desenvolvimento da Produção e conservação de Forragem no Sertões Inhamuns/Crateús – Ceará” e participou de uma seleção pública promovida pela Petrobrás, sendo selecionada e obtendo o financiamento. O projeto é executado com o apoio das demais parceiras do PDHC no território e beneficia as famílias de agricultores e agricultoras na área de atuação do PHDC que possuem rebanho de ovinos e/ou caprinos.

Na comunidade de Torres, a equipe acompanhou a fase de armazenagem dessas plantas em silos, que são construídos pelo projeto. Na comunidade do Tourão, a equipe observou outra forma de armazenamento, a fenação, que é a compressão das plantas feita com equipamentos comprados pelo projeto.

Na comunidade de Bálsamos, onde o projeto também acontece, um agricultor ao mostrar o seu estoque de feno, relatou que antes do projeto não tinha o costume de armazenar alimento para os seus animais e, conseqüentemente, em período de seca os animais morriam por desnutrição. Isso demonstra que o projeto também contribuiu para conscientizar os agricultores sobre a importância de se prepararem para o período de seca na perspectiva de convivência com o semiárido.

6.9 Artesanato

O artesanato, dentre as comunidades visitadas, está presente nas comunidades do Irapuá e em Santa Luzia como atividade geradora de renda.

Na comunidade do Irapuá, a equipe de pesquisa conversou com o grupo de mulheres que produzem o crochê. Elas contaram que essa já era uma atividade desenvolvida antes do PDHC, porém elas produziam e vendiam individualmente. Com a chegada do PDHC, algumas mulheres se organizaram, formaram o grupo de artesanato e fundaram a Moarti, uma organização com sede na comunidade, onde as artesãs se reúnem, produzem e comercializam o crochê. Contudo, a adesão ao grupo não foi completa, por exemplo, na comunidade a equipe de pesquisa durante uma visita domiciliar conversou com uma artesã que preferiu continuar produzindo e comercializando o crochê individualmente por questões de afinidade. Isso mostra que a formação do grupo depende da atividade comum das famílias e também das relações estabelecidas entre os participantes, já que o grupo pressupõe o convívio e trabalho em conjunto.

Com a criação da Moarti, as mulheres contaram que tiveram o recurso para os insumos da sua produção, linhas, agulhas e máquinas, ganhando independência em relação à figura do atravessador, que comprava os materiais necessários para a produção e definia o valor a ser pago pelo produto, que elas não consideravam como preço justo. Isso mostrou que a chegada do projeto deu fim a um ciclo de exploração, dando independência às mulheres ao passo que fortalece o trabalho em grupo.

Na comunidade de Santa Luzia, o grupo é formado por quatro mulheres e um homem que produzem, principalmente, redes feitas de sacos plásticos e objetos feitos de garrafas pet. Em conversa com o grupo, eles relataram que o grupo já existia antes da chegada do PDHC na comunidade e que participaram e foram apoiados por projetos anteriores. O grupo não teve acesso aos recursos do PDHC, mas conta com a assessoria técnica para articular o compartilhamento de saberes, dando treinamentos em outras comunidades sobre o artesanato que produzem.

6.10 Educação Contextualizada

A educação contextualizada insere na educação formal elementos do contexto local aproximando o ensino da realidade do aluno. Em entrevista na sede da Cáritas em Crateús, os técnicos contaram que a demanda por educação contextualizada no território surgiu da inadequação da educação formal para contexto das famílias das comunidades rurais.

A equipe de pesquisa teve a oportunidade de participar, nas comunidades de Barriguda e Irapuá, de duas culminâncias, que são eventos, nos quais os alunos fazem apresentações para a comunidade do que aprenderam no bimestre anterior.

Na comunidade de Barriguda, a culminância ocorreu com a presença dos alunos, do professor, dos pais e familiares e os técnicos da Cáritas que acompanham a comunidade e a atividade, na escola municipal de ensino fundamental. O professor apresentou um pouco da didática que utilizou, contando que a partir de um único texto adaptado por ele em conjunto com o técnico da Cáritas, embasou toda a matéria das disciplinas da escola. A partir desse texto também, os alunos apresentaram um teatro de fantoches desenvolvendo outras habilidades, como memorização e a

oratória. Além disso, o professor mostrou alguns trabalhos desenvolvidos pelas crianças, como porta-retratos feitos com papel reciclado, um filtro para água e a horta que os próprios alunos ajudaram a fazer e manter.

Na culminância do Irapuá, que ocorreu na escola de ensino fundamental da comunidade, estavam presentes os alunos, a professora, os pais e familiares dos alunos, o técnico da Cáritas, um representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Russas que acompanha a educação contextualizada e uma funcionária da Secretaria de Educação do município de Novas Russas, cedida para também acompanhar a educação contextualizada. Na escola estavam pregados cartazes com fotos dos alunos fazendo visitas a quintais produtivos e cisternas da comunidade, acompanhados pela professora e técnico da assessoria técnica. Essas visitas exemplificam como comunidade, escola e assessoria técnica participam na construção do conhecimento dos alunos sob sua realidade.

7 A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM FRAGOSO

A Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA) é uma parceira do PDHC que forma jovens do campo no ensino médio e no ensino técnico agrícola. A EFA está localizada na área rural do município de Independência, onde a equipe de pesquisa visitou.

Na escola, a equipe conversou em roda com os educandos que são de diversas comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos. Os educandos relataram sobre o método da escola, que funciona por seções de 15 dias de atividades em tempo integral na escola e 15 dias de atividades desenvolvidas na comunidade na qual cada educando faz parte.

Na seção escolar, os alunos tem uma rotina de atividades práticas cuidando de unidades produtivas na própria escola, como hortifruticultura, apicultura e ovinocaprinocultura, e atividades teóricas com aulas das disciplinas do curso de ensino médio e do ensino técnico. Na seção domiciliar, os educandos devem desenvolver atividades das matérias teóricas além de um projeto prático. Na comunidade de Santa Luzia, a equipe visitou um projeto de uma educanda da EFA, que construiu com a sua família um aviário, alterando a forma como desenvolviam a atividade.

Segundo a supervisora local do PDHC, o projeto arca com os custos de 25 educandos e dois profissionais na escola, além da estreita relação dos técnicos da assessoria com escola. A equipe observou que existe um fluxo de conhecimento entre as assessorias e os educandos da escola, já que os técnicos acompanham as atividades da escola e os educando fazem estágio junto aos técnicos do PDHC nas comunidades. Outro indicador dessa relação é a composição do corpo técnico da Cáritas, do IDEF e da Inhamuns Assessoria, que possuem integrantes formados na EFA. Isso mostra que o PDHC está investindo na disseminação e continuidade de ideias e práticas que ele e a EFA compartilham, como agroecologia, convivência com o semiárido e valorização do campo.

8 ARTICULAÇÃO DO PROJETO DOM HELDER CAMARA COM POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES

A articulação com políticas públicas e projetos é outra dentre as frentes de atuação do PDHC. Foi observada, por exemplo, quando foram mostradas diversas cisternas do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2), que são as referências quando se fala da garantia do acesso à água através de tecnologias de convivência com o semiárido. Esses programas fazem parte da Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), em parceria com o MDS, e suas ações consistem na construção de cisternas de 16 mil litros de água para consumo e de 52 mil litros de água para produção, presentes em todas as comunidades visitadas.

Na comunidade do Irapuá, na casa da família que recebeu a primeira cisterna do município de Nova Russas em 2001, o nível da água da cisterna estava baixando rapidamente e havia suspeita por parte da família que ela estaria rachada, então a família buscou a ajuda dos técnicos. Nessa situação, a equipe de pesquisa percebeu que é característica do projeto a continuidade e gestão dos recursos que as famílias já possuem. Dessa forma, a assessoria não só viabiliza que os programas cheguem às famílias, como também que os benefícios gerados se tornem duradouros.

Quanto ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) do Ministério do Desenvolvimento Social, após a definição das famílias que receberiam um fomento produtivo de R\$2400,00 em três parcelas, uma de R\$1000,00 e as outras de R\$700,00, foram realizadas com essas famílias intercâmbios com experiências de beneficiários do PDHC, como na criação de galinhas caipiras, apicultura, unidades de beneficiamento da produção agrícola e artesanato na mesma lógica que seguiam os intercâmbios entre os beneficiários do PDHC. No entanto, a supervisora informou que em junho de 2013 aconteceu uma reunião na qual participaram as ONGs que ganharam as chamadas públicas para a implementação do PBSM e o PDHC, e a maioria dos beneficiários só recebeu a primeira parcela do fomento e daqueles que receberam a segunda, a terceira não foi liberada, o que prejudicou a continuidade das atividades iniciadas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do MDA, é um programa federal que possibilita a estocagem e aquisição direta dos produtos da agricultura familiar. Na comunidade de Torres, algumas agricultoras relataram que o excedente da sua produção é comprado pelo programa e direcionado para uma cozinha comunitária e hospital. Outro programa presente foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um exemplo dele se dá na comunidade de Irapuá, onde o grupo da avicultura produz e vende ovos caipiras para a merenda escolar do município. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fornece linhas de crédito e juros diferenciados para a agricultura familiar. Esse apareceu nas rodas de conversas das comunidades do Irapuá e do Tourão, sendo utilizados para investir em atividades geradoras de renda principalmente.

Em campo, a equipe de pesquisa observou que existe um diálogo entre o PDHC, através da assessoria técnica permanente, e entre essas outras políticas públicas no desenvolvimento de atividades produtivas nas comunidades.

Em relação ao poder público, existem interações com as prefeituras e governo estadual. As prefeituras, se desejarem, podem aderir à educação contextualizada de forma que a política pública de educação nas escolas municipais em áreas rurais passe a se conectar com a realidade local. A supervisora local colocou que as prefeituras geralmente apoiam os agricultores das comunidades com as feiras. No caso de Nova Russas, o secretário de agricultura explicou que existe uma mobilização entre a prefeitura e o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais para questões como transporte de produtos para feiras, eventos e logística, assim como a seleção de fornecedores para o PNAE.

Por sua vez, o governo estadual é responsável por políticas como o Projeto São José III, programa de combate à pobreza rural, e que atualmente está com maior foco na questão do abastecimento de água e apoio agrícola, segundo o secretário de agricultura de Nova Russas.

9 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS

O desafio mais apontado em diversas entrevistas seja com a gestão do projeto, parceiras ou entidades foi a falta de água. A gestão do PDHC e as entidades relatam que sempre precisam buscar alternativas de armazenamento e economia de água, já as famílias apresentam a dificuldade de produzir com longos períodos sem chuva.

Em contrapartida, o armazenamento de água é tratado por esses mesmos atores como marco após a chegada do PDHC no território. Em entrevista, os técnicos da Cáritas relataram que, mesmo em anos de seca, os agricultores continuaram produzindo focados na alimentação e ainda conseguiram vender o excedente. Isso foi possível pela armazenagem de água, por meio de cacimbões, açudes, cisternas, que chegaram as comunidades via PDHC ou P1MC e P1+2, e técnicas de produção que economizam água, como canteiro econômico e irrigação por gotejamento, aplicadas pelas famílias em conjunto com PEDs.

Outro desafio apontado é a comercialização do que é produzido pelas famílias. Em roda de conversa com a comunidade de Bálsamos, os agricultores destacaram que o produto orgânico é preterido em relação ao produzido com agrotóxico, visto que o orgânico tem maior preço. Na comunidade do Irapuá, as mulheres do grupo de artesanato, relataram que falta articulação entre as feiras, principal meio de comercialização dos seus produtos, que acontecem muito esparsas ou concomitantes. Já os homens do grupo de apicultura têm sua comercialização limitada por não terem o selo de inspeção federal, que permite a comercialização do mel a nível federal, e por não explorarem outras potencialidades da apicultura, como a cera e a própolis.

Na comunidade de Barriguda, o professor da escola infantil, problematizou a falta de material didático adequado para a educação contextualizada, o que foi corroborado pela professora de educação infantil da comunidade do Irapuá durante uma culminância. Hoje, eles contam com os técnicos das PEDs para orientar a adequação do material que eles têm disponível.

De forma geral, a avaliação do PDHC pelas famílias é muito positiva, por isso elas se preocupam com a continuidade das ações. No Irapuá, o presidente da associação de moradores, expressou o desejo que o PDHC se torne uma política pública e, portanto, contínua. Esse desejo foi reiterado pelos demais presentes no dia e em falas dispersas em outras comunidades. Dessa forma, o principal desafio do PDHC é continuidade das ações e a ampliação do projeto, que hoje são limitados pela falta de recursos. Mas há perspectivas com os novos financiamentos, conforme fala do diretor do PDHC. Como alternativa no território do Inhamuns/Crateús, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará desenvolverá o projeto Paulo Freire que, segundo a supervisora local, vai ser implementado nos moldes do PDHC, atendendo aos 14 municípios do território que não são atendidos pelo PDHC.

A equipe de pesquisa ressalta que o PDHC tem como diferencial o empoderamento e autonomia das famílias, explicitados quando os beneficiários vão a outras comunidades dar cursos e pela fala de uma agricultora do Irapuá, dizendo que um dia o PDHC vai acabar e por isso não pode haver dependência. Assim, mesmo com o fim do projeto, o conhecimento passado pelos técnicos permanecerá nas comunidades e tende a se multiplicar.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. R de; JALFIM, F. T.; SIDERSKY, P. R. **A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara**. 2. ed. p. 9-19, 2010.

ASA, Semiárido. Brasília, ASA, 2013. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105> Acesso em: 16 set. 2013

ESPLAR, O Esplar. Recife, 2013. Disponível em <<http://www.esplar.org.br/>> Acesso em: 8 jul 2013

FIDA, Escritório de Avaliação, O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste. P.5-6, p.16-17, 2010.

NERY, J. T. Dinâmica Climática da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, Vol. 1, No. 1, p.64, 2005.

PROJETO DOM HELDER CAMARA, O Projeto Dom Helder. Recife, 2013. Disponível em <<http://www.projetodomhelder.gov.br/site/>>. Acesso em: 19 ago. 2013

SPINK, P. K. **O Pesquisador Conversador no Cotidiano**. Psicologia & Sociedade; 20, Edição Especial: 70- 77, 2008.